

Aparecido teme até pela personalidade da capital

20 JUL 1986

JORNAL DE BRASÍLIA

DF - eleicoes

Adecisão do Tribunal Superior Eleitoral de reduzir de 20 para 12 o número de candidatos à Câmara Federal que cada partido apresentará nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, não prejudica apenas as 21 agremiações partidárias registradas no Tribunal Regional Eleitoral do DF. A decisão do TSE afeta também "a própria personalidade política de Brasília, que votará pela primeira vez em 15 de novembro, "segundo o entendimento do governador José Aparecido.

Neste sentido, o governador de Brasília acredita que o presidente José Sarney vai sancionar o projeto de lei do deputado Paulo Xavier (PFL-PB), que dá direito aos partidos políticos do DF de apresentarem, cada um, 20 candidatos à Câmara Federal, para o preenchimento de oito vagas que os brasileiros terão direito na Constituinte. Sarney receberá, esta semana, as executivas regionais do PMDB e do PFL, em audiência no Palácio do Planalto, da qual participará também o governador de Brasília.

Crise geral

A preocupação de Aparecido é evitar uma crise geral no interior dos grandes partidos do DF, que já haviam escolhido, sozinhos, 20 candidatos a candidatos à Constituinte para a disputa das oito vagas que o DF terá direito na Câmara Federal. Mas a restrição do TSE pegou os partidos de surpresa. "O problema, agora, é da organização político-eleitoral do DF", diz o governador.

— Esse problema envolve os interesses de todas as legendas e a própria personalidade política de Brasília, que vai votar pela primeira vez, 26 anos depois de sua fundação, no dia 15 de novembro, para eleger oito deputados federais e três senadores. Mas eu espero que um assunto, que já tem solução, com o projeto de lei do deputado Paulo Xavier, não se transforme em um novo problema para as convenções partidárias, acrescentou Aparecido.

Pressão

Aparecido afirmou que pedirá o empenho da Comissão do GDF no Sendo, para que seja votada no início de agosto uma emenda substitutiva do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que será acoplada ao projeto de lei de Paulo Xavier. A emenda de Righi apenas prorroga das 18 para às 19 horas o término da votação das eleições de 15 de novembro, para que os adventistas possam participar das eleições. O projeto de Xavier não foi ainda ao Palácio do Planalto por causa desse substitutivo.

O problema

Todo esse problema para os partidos políticos do DF foi criado no parágrafo 4º do artigo 25 das normas eleitorais do

TSE, que tratam sobre a regulamentação das coligações partidárias. O tribunal entendeu que as coligações podem ser feitas, mas sem o acréscimo do número de candidatos em disputa. Assim, um partido político que apresentar sozinho 12 candidatos à Câmara, não poderá ampliar esse número coligado com outras agremiações ao contrário da legislação anterior.

E o objetivo do deputado Paulo Xavier é exatamente o de fazer com que os partidos possam apresentar 20 candidatos, sozinhos ou coligados. Já o TSE entendeu que o limite de 12 candidaturas à Câmara Federal não prejudicaria nenhum partido. Pelo contrário, até favoreceria as pequenas legendas, segundo afirmou o presidente do tribunal, ministro José Néri da Silveira.

Fora

Na prática, porém, a teoria falhou. Uma legenda pequena e nova como o Partido de Mobilização Nacional (PMN), por exemplo, já tinha 20 nomes para a disputa, sozinho, e 24 nomes, em coligações com outras legendas, segundo informação do seu presidente, Celson Batista de Oliveira. Na mesma situação encontra-se outra legenda pequena e nova, o Partido de Mobilização Democrática (PMD), conforme revelou o seu presidente, Guilherme Jorge da Silva. Se a lei não mudar, muitos candidatos ficarão de fora.

Também nos grandes partidos, como o PMDB, a situação não é diferente. Já tendo definido 20 nomes sozinho, o PMDB pretendia apresentar 24 candidatos à Câmara Federal, em coligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista (PS). O PCB apresentaria dois e o PS dois. O PC do B nenhum com legenda própria. O candidato do partido é o jornalista Fernando Tollentino, que disputará na legenda o PMDB, na tendência denominada "Bloco Popular".

Já o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em coligação com o Partido da Juventude (PJ), pretendia apresentar também mais de 20 candidatos à Câmara, caso o TSE permitisse. O PFL está na mesma situação: coligado com o Partido Democrático Cristão, (PDC) o Partido Liberal (PFL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano Popular (PRP), a Frente Liberal pretendia lançar mais de 20 candidatos. Mas agora todos estão esperando que Sarney, ao receber essa semana os dirigentes do PMDB e do PFL, liderados pelo governador José Aparecido, se comprometa em sancionar o projeto de lei de Paulo Xavier, para evitar uma crise generalizada dentro dos partidos políticos do DF.